



CARTA DO FARMAPOLIS 2026

O poder da saúde na proteção da soberania, da democracia e do desenvolvimento

Reunidos em Florianópolis, entre os dias 18 e 20 de junho de 2026, nós trabalhadoras e trabalhadores da saúde, farmacêuticas(os), cientistas, estudantes, gestoras(es) públicos e representantes dos movimentos sociais e do controle social, retomamos o Farmapolis não apenas como um fórum de atualização técnico-científica, mas como um catalisador político e econômico indispensável para um Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND). O Farmapolis consolida-se como o espaço onde a ciência se encontra com a consciência política para pensar o Brasil.

Olhamos para o presente e para o futuro, somos cientes de que a saúde é o principal produtor do bem viver e motor da produção de ciência e tecnologia no país. Alinhados ao debates provocados pelo documento orientador da 18ª Conferência Nacional de Saúde e com os desafios do processo eleitoral de 2026, reafirmamos o compromisso inabalável com o Sistema Único de Saúde (SUS), estruturado sob pilares fundamentais para superar a contradição de um país que, ao mesmo tempo em que ostenta riquezas incalculáveis e uma robusta capacidade de inteligência científica, ainda convive com um severo impacto financeiro no orçamento das famílias gerado por gastos com saúde - em especial, com medicamentos e exames. Desta forma, subscrevemos os seguintes eixos estratégicos para os desafios do nosso tempo:

1. Financiamento robusto, soberania sanitária e inteligência diagnóstica

A construção de uma nação soberana exige enfrentar a contradição fundamental do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), onde o conhecimento é produzido coletivamente com forte investimento público, mas os resultados finais são frequentemente monopolizados por corporações transnacionais.

Piso forte e destinação orçamentária: Exigimos a definitiva superação da lógica do arcabouço fiscal, que engessa o orçamento da saúde, por meio de uma nova regra fiscal capaz de elevar o Piso Mínimo Federal para Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Defendemos o avanço progressivo para que, junto com estados e municípios, o financiamento público da saúde alcance no mínimo 6% do PIB. Excluir as despesas com a força de trabalho da saúde dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando a valorização dos trabalhadores e o fortalecimento do SUS.

Reconstrução e alinhamento estratégico do CEIS: Urge fomentar o Complexo Econômico e Industrial da Saúde, focado na internalização de tecnologias de interesse do SUS. Defendemos o alinhamento estratégico do imenso poder de compra do Estado às necessidades epidemiológicas nacionais, garantindo que o estímulo à produção local de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), medicamentos inovadores e biotecnológicos resultem em efetiva soberania sanitária,



sustentabilidade econômica do sistema e no combate firme às patentes que afrontam o direito à vida.

Consolidação e transversalidade da Assistência Farmacêutica: Reivindicamos o fortalecimento da Assistência Farmacêutica (AF) como política pública norteadora e transversal no SUS, superando, de vez, a visão puramente logística de aquisição e distribuição. A AF deve ser integrada organicamente como indutora das políticas de ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial. Para isso, apontamos para a necessidade de uma Secretaria dedicada no Ministério da Saúde, assegurando governança integrada entre os setores público e privado, em busca da integralidade do cuidado.

Inteligência diagnóstica e fronteiras tecnológicas: Defendemos a consolidação de uma política soberana de Diagnóstico Laboratorial, descentralizando a inteligência e garantindo exames rápidos e de alta complexidade nas redes públicas locais. Esse avanço caminha lado a lado com o domínio da Saúde Digital e da Fronteira Genômica, tratados como bens públicos através da universalização da internet e do combate, sem trégua, à desinformação e ao negacionismo. É fundamental que se compreenda que a tarefa do farmacêutico na área das análises clínicas não mais se restringe à bancada, na execução de técnicas ou no domínio das máquinas de automação. O profissional deve ser cada vez mais capacitado em sua formação acadêmica para desenvolver raciocínio amplo, compreendendo o contexto e suas variáveis, escolher as ferramentas adequadas e saber interpretar seus resultados. Dessa forma, estará capacitado para oferecer uma assistência farmacêutica qualificada ao paciente – este, sim, o foco principal da atenção seja na linha de cuidado do SUS ou outras demandas dos determinantes sociais da saúde.

Fortalecimento do acesso histórico: Reafirmamos a centralidade da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e seus quatro componentes (Básico, Estratégico, Especializado e Onco/raras), bem como o papel do Programa Farmácia Popular do Brasil, como ferramentas essenciais de proteção econômica das famílias.

2. Mais SUS: Cuidado integral, saúde mental e enfrentamento das opressões

Assumimos o compromisso inabalável de cuidar da saúde de TODAS as pessoas, em TODOS os lugares, em TODAS as suas necessidades. Isso significa materializar o lema: Mais Saúde da Família e da Comunidade, Mais Especialidades, Mais Assistência Farmacêutica, Mais Farmácia Popular, Mais Vigilância em Saúde, MAIS SUS.

A urgência da Saúde Mental: O sofrimento psíquico não pode ser tratado como mercadoria ou isolamento. Defendemos a radicalização da Reforma Psiquiátrica e o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), garantindo o cuidado em liberdade, multiprofissional e comunitário,

combatendo vigorosamente a lógica manicomial e o confinamento privado.

Enfrentamento às violências estruturais: É dever do sistema de saúde enfrentar ativamente o racismo, a intolerância religiosa, o patriarcado, a LGBTQIA+fobia, a misoginia, o capacitismo, a aporofobia (aversão aos pobres), a violência aos povos indígenas e todas as formas de opressão e aniquilação do/a outro/a.

Prioridade absoluta à saúde das mulheres: Exigimos a centralidade da saúde das mulheres nas políticas públicas, garantindo integralmente os seus direitos em todo o ciclo de vida. É preciso assegurar a ampliação dos serviços de atendimento às vítimas de violência nas suas diferentes formas e a atenção à saúde mental das trabalhadoras e mães. Reivindicamos a ampliação da atenção à saúde sexual, considerando os direitos reprodutivos, a prevenção à gravidez infantil e a redução da mortalidade materna e neonatal, mas considerando também as fases pré e pós-reprodutiva, que compreende a maior faixa da sua vida adulta, para assegurar a qualidade de vida e o envelhecimento saudável e digno. Fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e consolidar o pacto nacional contra o feminicídio, ampliando a rede de proteção e o acesso à justiça para as mulheres.

3. Controle Social, Vigilância e o Papel da Juventude

A força do SUS reside na articulação viva entre trabalhadoras(es), gestores e usuários por meio da Democracia Participativa, atuando desde o nível local até o nacional.

A Ouvidoria do SUS como instrumento de gestão e cidadania: Reafirmamos o papel estratégico da Ouvidoria Geral do SUS não apenas como canal de reclamação, mas como uma ferramenta ativa de controle social e transparência pública. A Ouvidoria deve funcionar como o termômetro das necessidades reais do povo, gerando dados que orientem o planejamento, combatam privilégios e corrijam distorções no atendimento na ponta.

A força transformativa da juventude: A renovação do SUS e a defesa da democracia dependem da energia rebelde e criativa dos jovens cientistas, estudantes e militantes. Apoiamos o protagonismo da juventude da saúde e dos movimentos sociais, que trazem para o presente as pautas do futuro, como a justiça climática, o uso terapêutico da cannabis e a democratização do ambiente digital.

Vigilância em saúde orientadora: Reafirmamos as conquistas da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). A vigilância (epidemiológica, sanitária, ambiental e da saúde do trabalhador) não pode ser reduzida ao caráter punitivo da lupa. Exigimos que ela se posicione como um eixo orientador, preditivo e um farol para o planejamento das ações do SUS, qualificando a resposta



rápida às emergências sanitárias e orientando, de forma soberana, a regulação do mercado de tecnologias em saúde sob a tríade: "Democracia, Proteção e Território".

Memória da pandemia da COVID-19: Manter a memória para que não se repita. Propomos a criação de eventos, monumentos e museus dedicados à memória das vítimas e à exposição das ações dos cúmplices da pandemia para que sirva de lição histórica e nunca mais aconteça.

4. Trabalho digno, recursos humanos e desmercantilização do cuidado

O ato de cuidar exige a valorização integral daqueles que dedicam suas vidas à saúde pública e ao bem-estar social. É urgente combater a precarização do trabalho no SUS por meio da ampliação dos concursos públicos, da redução da terceirização e da garantia de direitos trabalhistas para todos os profissionais de saúde.

Piso nacional dos farmacêuticos: Exigimos a aprovação do PL 1559/2021 - Piso Nacional dos Farmacêuticos, entendendo que a valorização do trabalho farmacêutico é uma pauta urgente e inadiável para a categoria e para a saúde pública brasileira. Não é mais aceitável que as trabalhadoras e os trabalhadores continuem submetidos à precarização das relações de trabalho, à pejetização e à desvalorização salarial. A aprovação do piso nacional constitui uma medida de reconhecimento da relevância social, técnica e científica da profissão, além de representar um passo decisivo para assegurar condições dignas de trabalho, fortalecer a permanência de profissionais qualificados em todos os níveis de atenção à saúde e garantir à população serviços farmacêuticos de excelência. Reafirmamos a necessidade de mobilização permanente da categoria e conclamamos os poderes públicos a assumirem o compromisso político de transformar essa reivindicação legítima em realidade.

Política nacional de gestão do trabalho e fim da Escala 6x1: Exigimos uma política de valorização articulada com as agendas da Assistência Farmacêutica e da Vigilância. Defendemos o estímulo à formação continuada, às residências multiprofissionais e à fixação de profissionais qualificados em pesquisa, desenvolvimento, produção industrial e cuidado clínico. Unimo-nos à classe trabalhadora pelo fim da escala de trabalho 6x1, exigindo salário digno, jornada decente e saudável, ambientes seguros e modelos de autoridade compartilhada.

A Farmácia como estabelecimento de saúde: Reafirmamos as conquistas da Lei Federal nº 13.021/2014, que barrou a sanha puramente comercial do grande varejo ao transformar as farmácias em efetivos estabelecimentos de saúde.

Defendemos a expansão de seus serviços clínicos (como vacinação e triagens clínicas) e a inegociável autonomia técnica do farmacêutico presente em todo o horário de funcionamento,



garantindo que a farmácia do futuro seja uma porta de entrada acolhedora e humana no SUS.

Defendemos o estímulo à produção de teses sobre políticas públicas de educação farmacêutica e na saúde, articulando as necessárias transformações na formação farmacêutica.

Propomos a articulação do desenvolvimento das políticas públicas de educação e de saúde, para valorização da profissão farmacêutica, a promoção da integração entre a formação e a saúde, incluindo o desenvolvimento da assistência farmacêutica, do complexo industrial da saúde, da pesquisa e desenvolvimento e das análises clínicas para desenvolvimento da política farmacêutica em nosso país e o fortalecimento da soberania nacional.

Lutar pela inclusão do debate sobre equidade e diversidade nos processos formativos da/do farmacêutica/o, visando a qualificação para o trabalho e o cuidado em saúde da sociedade em transformação, sobretudo no que compete ao enfrentamento das opressões e violências produzidas pelo machismo, racismo, capacitismo e LGBTfobias.

Para as forças progressistas, democráticas e nacionalistas, o Farmapolis deixa uma mensagem central para o programa de governo: **produzir direitos é produzir riqueza**. O SUS, o financiamento robusto da saúde e a Assistência Farmacêutica estruturada não são "gastos sociais" a serem cortados, mas sim investimentos estratégicos indutores de desenvolvimento econômico, soberania e justiça distributiva. O desenvolvimento de uma nação mede-se pela capacidade inalienável de proteger, cuidar e dignificar a vida de seu povo.

Florianópolis, 20 de junho de 2026.

Plenária Final do 17º Farmapolis Brasil